ISSN: 2358-8829

O FINANCIAMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASIL/PORTUGAL

Iris Barbosa Monteiro [1]
Francielly Ferreira de Lima [2]
José Jassuipe da Silva Morais [3]

INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação superior tem se consolidado como uma dimensão estratégica no desenvolvimento das universidades, especialmente em um contexto marcado pela intensificação das interações acadêmicas e científicas em escala global. A consolidação da oferta do ensino superior público com oportunidades voltadas a internacionalização está diretamente associada a mecanismos de financiamento adequados e disponibilizados para as instituições de ensino.

A realização e a continuidade dessas atividades dependem de condições institucionais que possibilitem sua organização e sustentação. Entre elas, destaca-se o financiamento, o qual ocupa posição relevante, uma vez que a mobilidade de estudantes e pesquisadores, a participação em projetos internacionais, a manutenção de estruturas administrativas especializadas e a formação de redes científicas demandam recursos e mecanismos institucionais capazes de assegurar a continuidade das ações. Nessa perspectiva, Matei, Iwinska e Crăciun (2015) argumentam que o financiamento da internacionalização não deve ser compreendido apenas como uma condição material para sua realização, pois as formas, fontes e mecanismos de financiamento também podem influenciar a direção e o desenvolvimento dos processos de internacionalização no ensino superior.

[1]Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, iris.barbosa@academico.ufpb.br ;
[2]Graduanda pelo Curso Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, francielly.lima3@academico.ufpb.br ;
[3]Pós-Doutor, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, jassuipe@hotmail.com ;

ISSN: 2358-8829

Nesse âmbito, buscou-se analisar dois diferentes contextos, como ocorre na prática a internacionalização em universidades públicas localizadas no Brasil e em Portugal. Diante desse contexto, em que se observa uma crescente valorização da internacionalização na educação superior, verifica-se que a efetividade dessas ações está condicionada, entre outros fatores, à existência de financiamento público direcionado e à presença de políticas institucionais estruturadas. No entanto, essas condições nem sempre se apresentam de forma igualitária em diferentes regiões do mundo, existindo limitações institucionais, financeiras e operacionais nesse processo. Nesse cenário, emerge a busca de compreender como as dinâmicas da internacionalização se comportam em diferentes países. Logo, tem-se a seguinte questão-problema: De que forma os sistemas institucionais e as fontes de financiamento influenciam a consolidação das estratégias de internacionalização científica em universidades públicas brasileiras e portuguesas?

Sendo assim, este estudo propõe uma análise entre quatro universidades públicas brasileiras e quatro universidades portuguesas. A seleção dessas instituições possibilita examinar diferentes realidades institucionais e fontes de financiamento. Logo, o objetivo geral deste estudo consiste em evidenciar os diferentes modelos de financiamento relacionados às estratégias de internacionalização científica em universidades públicas do Brasil e de Portugal. Busca-se, assim, compreender de que maneira as estruturas de financiamento e os mecanismos institucionais contribuem para a organização, a expansão e a sustentabilidade das atividades de cooperação acadêmica e científica internacional.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica contemplou a consulta a artigos científicos e estudos relacionados à internacionalização do ensino superior, à cooperação científica e ao financiamento das universidades. Por sua vez, a pesquisa documental concentrou-se na análise de documentos, relatórios, políticas institucionais e informações disponibilizadas nos portais oficiais das oito universidades selecionadas, bem como nos sites eletrônicos dos órgãos responsáveis pelas políticas de educação superior e ciência no Brasil e em Portugal. No que se refere aos resultados, as análises evidenciam diferenças entre os modelos de financiamento e de organização da internacionalização científica nos dois contextos investigados, que será abordado a seguir.

METODOLOGIA

ISSN: 2358-8829

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem qualitativa mostrou-se adequada ao objetivo do estudo, uma vez que a investigação busca compreender como diferentes modelos de financiamento se relacionam com as estratégias de internacionalização científica em universidades públicas do Brasil e de Portugal.

Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa se ocupa de aspectos da realidade que não podem ser reduzidos a simples quantificação, permitindo analisar relações, processos e significados presentes nos fenômenos investigados. Sob essa perspectiva, a abordagem qualitativa possibilita examinar as particularidades dos contextos institucionais e dos mecanismos de financiamento identificados nas universidades analisadas, considerando suas diferentes estruturas de internacionalização, fontes de recursos, práticas de mobilidade e participação em redes de cooperação científica.

Quanto aos objetivos, a pesquisa apresenta caráter exploratório e descritivo. Para Gil (2019), as pesquisas exploratórias buscam proporcionar maior familiaridade com determinado problema, enquanto as pesquisas descritivas têm como finalidade descrever as características de determinadas populações ou fenômenos.

Os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica contemplou a consulta de artigos científicos e estudos relacionados à internacionalização do ensino superior, cooperação científica e financiamento. A pesquisa documental teve como foco a análise de documentos e informações institucionais disponíveis nos portais oficiais das universidades e de órgãos responsáveis por políticas de educação superior e ciência nos dois países.

O estudo abordou quatro universidades públicas brasileiras sendo elas: Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e quatro universidades públicas portuguesas, que são: Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade do Porto e Universidade do Minho. A seleção das instituições foi realizada de forma não probabilística, considerando a relevância das universidades em seus respectivos sistemas de ensino superior e a disponibilidade de informações institucionais relacionadas à internacionalização e às fontes de financiamento. O recorte temporal aborda informações divulgadas pelas universidades durante os anos de 2020 a 2026, contemplando eventos

ocorridos anteriormente a esse período por se tratar de um importante aspecto colaborativo para trajetória internacional da instituição de ensino.

REFERENCIAL TEÓRICO

A internacionalização da educação superior tem ocupado posição crescente nas discussões sobre o desenvolvimento das universidades e dos sistemas nacionais de ciência e tecnologia. O processo está relacionado a ampliação das relações acadêmicas, a circulação de estudantes e pesquisadores, a cooperação científica e a constituição de redes que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Nesse contexto, a internacionalização pode ser compreendida como um processo intencional e contínuo, por meio do qual as dimensões internacional, intercultural e global são incorporadas aos propósitos e às funções da educação superior. A formulação proposta por Jane Knight destaca que esse processo não se restringe a realização de atividades internacionais isoladas, mas pressupõe a interação dessas dimensões a missão das instituições de educação superior. Nessa perspectiva, políticas institucionais, programas de mobilidade, acordos de cooperação, projetos científicos e estratégias curriculares podem constituir diferentes demonstrações de um mesmo processo de internacionalização (KNIGHT, 2004).

A contribuição de De Wit (2011) amplia essa discussão ao enfatizar que a internacionalização deve ser compreendida para além de uma perspectiva centrada exclusivamente na mobilidade ou na presença de estudantes estrangeiros. Sob essa ótica, o processo envolve múltiplas dimensões da vida universitária e requer a articulação entre políticas institucionais, ensino, investigação e cooperação internacional.

Essa perspectiva também está presente nas formulações mais recentes de Knight (2020), ao reconhecer que a internacionalização da educação superior pode se manifestar por diferentes modalidades e atividades. Entre elas estão a mobilidade acadêmica, as parcerias entre instituições, os projetos internacionais, a oferta transnacional de educação e a incorporação das dimensões internacional, intercultural e global ao currículo e aos processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, a internacionalização não representa uma prática única e homogênea, mas um conjunto de estratégias que podem ser desenvolvidas de maneiras distintas pelas instituições e pelos sistemas de educação superior.

ISSN: 2358-8829

Entretanto, as possibilidades de participação nesse processo são influenciadas por fatores políticos, econômicos, acadêmicos, científicos e socioculturais. Nesse sentido, as desigualdades existentes entre os sistemas nacionais de educação superior interferem na capacidade de diferentes países e universidades estabelecerem parcerias, atrair estudantes e pesquisadores, financiar a mobilidade e participar de redes internacionais de produção do conhecimento. Lima e Maranhão (2009) argumentam que a internacionalização pode assumir configurações ativas ou passivas, a depender das condições estruturais e das estratégias desenvolvidas pelos países.

No âmbito da mobilidade, Knight (2020) destaca que as atividades internacionais incluem também parcerias institucionais, programas conjuntos, projetos de investigação e diferentes modalidades de oferta educacional. Nessa perspectiva, a mobilidade pode ser analisada em articulação com outros processos de cooperação, uma vez que o deslocamento de pesquisadores e estudantes pode contribuir para a criação ou o fortalecimento de vínculos institucionais e científicos.

A cooperação internacional, por sua vez, envolve relações estabelecidas entre universidades, grupos de pesquisa e outras organizações para o desenvolvimento de atividades acadêmicas compartilhadas. Essas relações podem resultar em projetos conjuntos, produção científica em colaboração, intercâmbio de pesquisadores, cotutela, dupla titulação e participação em redes internacionais. Nesse sentido, a internacionalização científica apresenta uma dimensão relacional, na medida em que sua continuidade depende não apenas da realização de atividades individuais, mas da capacidade de estabelecer e manter vínculos entre instituições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A internacionalização nas instituições de ensino superior aborda diferentes estratégias institucionais voltadas à ampliação da cooperação acadêmica e científica em um contexto de crescente integração entre sistemas educacionais. Esse processo envolve iniciativas relacionadas ao ensino, à pesquisa, à mobilidade acadêmica e à formação de redes de colaboração, assumindo características distintas conforme as condições institucionais, políticas e econômicas de cada país. Nessa perspectiva, esta seção apresenta um levantamento de universidades públicas situadas em diferentes regiões do Brasil e de Portugal, buscando identificar e analisar as características de internacionalização adotadas pelas instituições selecionadas, bem como evidenciar

ISSN: 2358-8829

possíveis convergências e divergências entre ações desenvolvidas pelas entidades analisadas.

No geral, observa-se que em ambos os países, a internacionalização ultrapassa a realização de mobilidade acadêmica e passa a envolver a formação de redes de pesquisa, projetos internacionais, atração de estudantes e pesquisadores estrangeiros, dupla titulação, cotutela, circulação de conhecimento e inserção das universidades em estruturas internacionais de cooperação. Entretanto, os mecanismos utilizados para financiar e organizar essas atividades apresentam diferenças relevantes entre os dois países.

No Brasil, a internacionalização das instituições de ensino superior tem sido fortemente associada a políticas públicas federais. Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa Institucional de Internacionalização CAPES-PrInt (Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil), instituído pela Portaria CAPES nº 220, de 3 de novembro de 2017. (BRASIL, 2017).

Em Portugal, por sua vez, a internacionalização está inserida em um ambiente institucional fortemente articulado ao Espaço Europeu de Ensino Superior e de Investigação. A Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2016 estabeleceu orientações gerais para a política portuguesa de internacionalização do ensino superior e da ciência e tecnologia, incluindo a promoção da cooperação internacional em ciência e tecnologia, a atração de estudantes e investigadores estrangeiros, o relacionamento com comunidades científicas portuguesas no exterior e a diplomacia científica (PORTUGAL, 2016).

Sendo assim, tem-se que no Brasil, as universidades estão inseridas em um sistema no qual CAPES, CNPq, Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa e recursos institucionais constituem importantes mecanismos de apoio. Em Portugal, além dos recursos nacionais provenientes da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), as universidades possuem acesso sistemático a diferentes programas europeus, entre eles Erasmus+, Horizonte Europa, ERC, INTERREG e outros instrumentos comunitários. Logo, a tabela a seguir apresenta uma síntese geral entre Brasil e Portugal.

Tabela 1 – Síntese dos principais meios de fomento e ambientes institucionais adotados por ambos os países.

Dimensão	**Brasil**	**Portugal**
Principal mecanismo de indução analisado	CAPES-PrInt e demais programas de fomento	Política nacional articulada ao espaço europeu
Financiamento público	CAPES, CNPq, FAPs e orçamento institucional	FCT, orçamento institucional e fundos públicos

Financiamento europeu	Participação indireta ou por projetos específicos	Erasmus+, Horizonte Europa, ERC, INTERREG etc.
Mobilidade	Bolsas, convênios e programas institucionais	Erasmus+, acordos bilaterais e programas institucionais
Redes de pesquisa	Redes bilaterais, multilaterais e institucionais	Redes europeias, internacionais e lusófonas
Estrutura de internacionalização	Pró-reitorias, agências e escritórios internacionais	Serviços de relações internacionais, unidades e estruturas de projetos

Fonte: Elaboração própria (2026).

Dessa maneira, é notória a existência de diferentes meios de financiamento, dentro dos quais cada universidade desenvolve seus próprios modelos de governança e captação.

A Internacionalização na Prática: Estratégias de Universidades Públicas Brasileiras

A Universidade de São Paulo (USP) apresenta uma estrutura de internacionalização caracterizada pela articulação entre uma unidade central e estruturas descentralizadas. Segundo a Universidade de São Paulo (2014), a Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI) criada em 26 de fevereiro de 2014, por meio da Resolução nº 6755 atua na esfera central com o objetivo de estabelecer estratégias de relacionamento entre a instituição com outras entidades, órgãos públicos e a sociedade, atuando como suporte a cooperação acadêmica nacional e internacional.

Em relação a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tem-se um modelo no qual a internacionalização está fortemente vinculada à pós-graduação e à pesquisa, e vem ganhando um maior espaço com o passar dos anos. A participação no programa CAPES-PrInt representa uma dimensão importante na trajetória da universidade. Como divulgado pela Unicamp em abril de 2013, destaca-se que o quadriênio 2009-2013 foi caracterizado, entre outras iniciativas, pela ênfase na internacionalização, que passou a ter peso estratégico nas diretrizes da Unicamp (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2013).

Relacionado a Universidade Federal da Paraíba, os resultados indicam uma estruturação no tocante as suas políticas de internacionalização, a qual é regulamentada pela Resolução CONSUNI nº 44/2018, que criou a Agência de Cooperação Internacional (ACI), a qual gerencia acordos bilaterais, fomenta a mobilidade acadêmica de estudantes e servidores (como no programa PROMOBI) e articula redes de pesquisa.

Ademais, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apresenta uma trajetória de internacionalização fortemente relacionada ao CAPES-PrInt. A universidade

lançou formalmente o programa em 2019, com objetivos relacionados ao financiamento de projetos de internacionalização, formação de redes internacionais de pesquisa, mobilidade de pesquisadores e transformação institucional. A estruturação do PrInt conforme abordado por Oliveira, 2019, “surge como um componente voltado a atender necessidades de aumento do crescimento e da produtividade nacionais por meio da internacionalização da educação, assim como possui a ideia de promover uma dimensão internacional para o ensino e para a pesquisa..”. Colaborando para uma atuação positiva da universidade pública no âmbito internacional, abordando diferentes áreas como tecnologia, saúde, energia, cidades inteligentes, inovação, entre outras.

Tabela 2 – Estratégias institucionais, financiamento e mecanismos de internacionalização no Brasil.

Universidade	Financiamento predominante	Arranjo institucional	Redes internacionais	Captação externa
USP	CAPES, orçamento USP, Erasmus+, parceiros estratégicos e cofinanciamento	AUCANI	Ampla participação em redes e consórcios	Elevada diversificação
UNICAMP	CAPES-PrInt, Erasmus+, recursos institucionais, parceiros	DERI + PRPG + unidades	Projetos em múltiplos países	Associada à pesquisa e pós-graduação
UFPB	Recursos institucionais, CAPES e programas de cooperação	ACI + unidades acadêmicas	Acordos bilaterais e multilaterais	Em desenvolvimento
UFRGS	CAPES-PrInt, CNPq, FAPs, recursos institucionais	Estruturas de relações internacionais + pós-graduação	Forte articulação com redes científicas	Associada à pesquisa

Fonte: Elaboração própria a partir da análise documental das políticas, regulamentos, planos institucionais e informações disponibilizadas nos portais das universidades selecionadas (2026).

Entretanto, observam-se diferenças quanto aos mecanismos de financiamento, à amplitude das redes estabelecidas e à capacidade de captação de recursos externos.

A Internacionalização da Educação em Universidades Públicas Portuguesas

A análise das universidades portuguesas selecionadas evidencia a existência de uma internacionalização fortemente associada à diversificação das fontes de financiamento e à inserção das instituições em redes de cooperação europeias e internacionais. Conforme apresentado na Tabela 3 a seguir, as quatro universidades possuem estruturas institucionais voltadas à organização das atividades internacionais,

ainda que apresentem diferentes configurações administrativas e estratégias de mobilização de recursos.

Tabela 3 – Estratégias institucionais, financiamento e mecanismos de internacionalização em Portugal.

Universidade	Financiamento predominante	Arranjo institucional	Redes internacionais	Captação externa
Coimbra	FCT, Erasmus+, recursos institucionais, União Europeia	Estrutura central + unidades	Redes europeias e internacionais	Estratégica
Lisboa	FCT, Erasmus+, projetos internacionais	Estrutura central + unidades de investigação	Unite! e redes científicas	Estruturada
Porto	FCT, Portugal 2030, Norte 2030, Erasmus+	Relações Internacionais + unidades	Redes europeias/internacionais	Estruturada
Minho	FCT, programas europeus, Erasmus+	Estrutura central + unidades	Arqus, Europa e CPLP	Estratégica

Fonte: Elaboração própria a partir da análise documental das políticas, regulamentos, planos institucionais e informações disponibilizadas nos portais das universidades selecionadas (2026).

Entre as principais fontes de financiamento identificadas destacam-se a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), o programa Erasmus+, os recursos provenientes da União Europeia e, em determinados casos, programas nacionais e regionais, como Portugal 2030 e Norte 2030.

No caso da Universidade de Coimbra, observa-se uma estrutura institucional organizada permitindo a integração das atividades internacionais as dimensões do ensino. O financiamento identificado combina diferentes recursos, contribuindo para a manutenção de níveis elevados de mobilidade e para a participação em redes europeias e internacionais. A Universidade de Lisboa apresenta uma posição semelhante quanto à articulação entre recursos nacionais e internacionais, com destaque para o financiamento proveniente da FCT, do Erasmus+ e de projetos internacionais. Com ênfase na participação em redes como a Unite! e em outras redes de investigação (UNITE!, 2026).

Por sua vez, a Universidade do Porto e a Universidade do Minho revelam diferentes estratégias de organização da internacionalização, embora compartilhem a forte vinculação com os mecanismos de financiamento nacionais e europeus. Na Universidade do Porto, destacam-se as fontes provenientes da FCT, Portugal 2030, Norte 2030 e Erasmus+, associadas a uma estrutura formada pelas relações internacionais e pelas unidades acadêmicas. Essa configuração está relacionada a uma prática ampla de

ISSN: 2358-8829

mobilidade e à participação em redes como as Ações COST e outras redes europeias e internacionais, além de uma capacidade estruturada de captação externa.

Nessa perspectiva, as diferenças observadas entre as universidades não decorrem apenas da existência ou ausência de políticas de internacionalização, mas também das distintas capacidades institucionais de mobilizar, gerir e converter os recursos disponíveis em ações permanentes de cooperação internacional. Destaca-se um viés de convergência identificado referente a existência de combinações institucionais específicos para a organização da internacionalização.

Tem-se um eixo de diferenciação observado entre os dois grupos de universidades no tocante as fontes de financiamento. Nas universidades brasileiras, os resultados demonstram maior centralidade dos mecanismos nacionais de fomento, especialmente da CAPES, do CNPq, das Fundações de Amparo à Pesquisa e dos recursos institucionais. Por outro lado, as universidades portuguesas analisadas apresentam uma maior articulação entre financiamento nacional e recursos provenientes de programas europeus e supranacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que o objetivo proposto foi alcançado. O estudo possibilitou realizar um levantamento comparativo das 8 universidades selecionadas, o qual destaca-se que a consolidação da internacionalização científica está associada à capacidade das instituições de articular financiamento, governança, mobilidade, redes de pesquisa e captação de recursos externos. No Brasil, as políticas nacionais, particularmente o CAPES-PrInt, exerceram função relevante na indução de estratégias institucionais de internacionalização. Em Portugal, a política nacional é complementada por uma forte inserção no sistema europeu de financiamento e cooperação científica.

As instituições também demonstram que a existência de recursos financeiros não produz, isoladamente, internacionalização consolidada. O elemento diferenciador encontra-se na capacidade de cada universidade de converter os recursos em mecanismos permanentes de cooperação. Assim, bolsas de mobilidade podem gerar experiências individuais, mas quando vinculadas a projetos de pesquisa, redes, cotutelas, acordos institucionais e estruturas de acompanhamento podem produzir efeitos mais amplos sobre as capacidades universitárias.

Nesse sentido, a internacionalização científica pode ser compreendida como um processo no qual recursos financeiros, estruturas institucionais e relações internacionais se retroalimentam. O financiamento possibilita a realização das atividades, as atividades fortalecem as redes, as redes ampliam a capacidade de participação em projetos competitivos, e os novos projetos podem gerar novas fontes de financiamento.

A relação Brasil e Portugal, portanto, demonstra que as diferenças entre os modelos não estão somente na quantidade de recursos disponíveis, mas também na arquitetura institucional por meio da qual esses recursos são mobilizados. Enquanto as universidades brasileiras analisadas apresentam forte dependência de mecanismos nacionais de indução, complementados por recursos próprios e parcerias, as universidades portuguesas estão inseridas em um ecossistema no qual o financiamento europeu constitui componente recorrente da estratégia de internacionalização científica. Nessa perspectiva, os resultados indicam que a consolidação da internacionalização não trata apenas da existência de financiamento, mais da capacidade institucional de transformar e expandir esse recurso.

Palavras-chave: Internacionalização; Mobilidade; Educação; Financiamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria CAPES nº 220, de 3 de novembro de 2017. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 nov. 2017, p. 20. https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=156 Acesso em: 02 Ago. 2026.

DE WIT, Hans. Internationalization of higher education: nine misconceptions. **International Higher Education**, n. 64, p. 6–7, 2011. https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/8566/7699

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: **Atlas**, 2019.

KNIGHT, J. Higher education in turmoil: the changing world of internationalization. 2. ed. **Rotterdam,** University of Toronto, 2020.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C. M. S. de A. O sistema de educação superior mundial. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 583–610, 2009.

ISSN: 2358-8829

MATEI, L.; IWINSKA, J.; CRĂCIUN, D.. Patterns of funding internationalisation of higher education: a conceptual framework for the study of internationalisation. In: CURAJ, Adrian; MATEI, Liviu; PRICOPIE, Remus; SALMI, Jamil; SCOTT, Peter (ed.). The European Higher Education Area: between critical reflections and future policies. Cham: **Springer,** 2015. p. 205-219.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: **Hucitec**, 2014.

OLIVEIRA, C. S. A internacionalização do Ensino Superior no Brasil por meio da ação da Capes: a cocriação do programa Capes-PrInt. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) **Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares**, Universidade de Brasília. Brasília, 233f., 2019.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016, de 30 de novembro. Define um conjunto de orientações gerais para a articulação da política de internacionalização do ensino superior e da ciência e tecnologia com as demais políticas públicas de internacionalização. **Diário da República**: 1.ª série, Lisboa, n. 230, 30 nov. 2016. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/78-2016-105283924 Acesso em: 15 Ago. 2026.

UNITE! Unite! secures 7.2 million Euros in EU Funding for Next Phase Starting. **Unite! University**, November 2026. 9 jul. 2026. https://www.unite-university.eu/unitenews/unite-secures-eu-funding-for-next-phase-starting-november-2026

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução nº 6.755, de 26 de fevereiro de 2014. Cria a Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2014. Disponível em:https://leginf.usp.br/resolucoes/resolucao-no-6755-de-26-de-fevereiro-de-2014-copy/. Acesso em: 18 Ago. 2026.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução nº 8.686, de 2 de setembro de 2024. Cria o Programa de Bolsas USP de Mobilidade com Parceiros Estratégicos Estrangeiros e dispõe sobre suas normas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 2024. https://leginf.usp.br/resolucoes/resolucao-no-8686-de-02-de-setembro-de-2024/ Acesso em: 18 Ago. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Aberta para o mundo. **Jornal da Unicamp**, Campinas, n. 557, p. 9, 15-21 abr. 2013. https://www2.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_557_pagina_09.pdf Acesso em: 20 Ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. Resolução nº 44/2018, de 17 de dezembro de 2018. Cria a Agência UFPB de Cooperação Internacional (ACI-UFPB) e dá outras providências. João Pessoa: **Conselho Universitário**, 2018. https://www.ufpb.br/acieng/contents/documentos/resolucoes/resolucao-consuni-44-2018.pdf/view Acesso em: 19 Ago. 2026.